por despacho de 17-06-2014 do Exmo. Senhor Presidente do Município, foi autorizado a abertura do procedimento por discussão pública sobre o pedido de alteração ao alvará de loteamento n.º 03/2002, de 6 de março, da União de Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela, por Rui Miguel Pacheco Teixeira, Contribuinte Fiscal n.º 234407620 residente na Rua Jerónimo Pacheco, Vivenda 206, da União de Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela, deste concelho, nomeadamente que a fração “A” da qual é proprietário, sita no R/C esquerdo do edifício n.º 6 construído na Rua Professor Emídio Guerreiro, lote n.º 58, da União de Freguesias acima referida, a qual se destinava a serviços, passe a destinar-se a comércio e ou serviços.

Por este meio, revela-se que vai ser dado início ao período de discussão pública a decorrer durante o prazo de 15 dias úteis, contados a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, de 2.ª série.

Toda a tramitação procedimental e demais elementos estão disponíveis para efeitos de consulta, no SAU- Serviço de Atendimento Único, no Edifício do município, sito na Praça da República, em Refojos, das 9.00 às 13.00 horas e das 14.00 às 18.00 horas.

Qualquer interessado pode apresentar por escrito, no decurso daquele período, reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimentos sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de elaboração, as quais deverão ser entregues, no Serviço de Atendimento Único, dentro do horário de Atendimento.

Para os devidos efeitos legais considera-se cumprida a respetiva divulgação, através do presente aviso, que será afixado nos lugares públicos do costume, na sede da União de Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela, publicitado nos meios de comunicação social, e na Página da Internet deste município.

19 de junho de 2014. — O Presidente do Município, *Dr. Serafim China Pereira*.

307912812

MUNICÍPIO DE CASCAIS

Aviso n.º 7581/2014

Em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência da conclusão do procedimento concursal comum de recrutamento de seis trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional, para o Departamento de Educação, Desporto, Juventude e Promoção Cultural, Divisão de Intervenção Educativa, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 165, de 28 de agosto de 2013, após acionamento da reserva de recrutamento e na sequência da denúncia do Contrato de trabalho da trabalhadora Maria Manuela Policarpo Duarte Fonseca, foi celebrado o contrato, com início em 2 de maio de 2014, com a trabalhadora Ana Catarina São Bento Veigas, para a 1.ª posição remuneratória da carreira e categoria de assistente operacional e o nível 1, da tabela remuneratória única.

4 de junho de 2014. — A Vereadora (no uso das competências delegadas conforme o despacho n.º 110/2013, de 30 de outubro), *Paula Gomes da Silva*.

307895544

Aviso n.º 7582/2014

Em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência da conclusão do procedimento concursal comum de recrutamento de 1 trabalhador em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Técnico Superior, com licenciatura em Psicologia, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 111, de 11 de junho de 2013, acionada a reserva de recrutamento, foi celebrado o contrato, para ocupação de posto de trabalho na Direção Municipal de Estratégia, Inovação e Qualificação, atual Departamento de Inovação e Comunicação, Divisão de Promoção de Emprego, com efeitos a 1 de junho de 2014, com a trabalhadora Ângela Maria Dias Baptista, para a 2.ª posição remuneratória da carreira e categoria de Técnico Superior, nível 15 da tabela remuneratória única.

4 de junho de 2014. — A Vereadora, no uso das competências delegadas conforme o despacho n.º 110/2013, de 30 de outubro, *Paula Gomes da Silva*.

307895577

Aviso n.º 7583/2014

Renovação da Comissão de Serviço

Para os devidos efeitos se faz público que, por meu despacho, datado de 05 de junho de 2014, com competências subdelegadas, pelo despacho n.º 110/2013, de 30 de outubro e conforme o disposto o n.º 1, do art.º 23.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicável por força do art.º 17.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, foi renovada a comissão de serviço de Carlos José Godinho Moreira no cargo de Chefe de Divisão de Sistemas de Suporte à Decisão e de Tecnologias de Informação, a partir de 1 de agosto de 2014, pelo período de 3 anos.

6 de junho de 2014. — A Vereadora, *Paula Gomes da Silva*.

307895609

MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA DE PÊRA

Aviso n.º 7584/2014

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de 27 de maio de 2014, foi determinada a mobilidade interna intercarreiras do assistente operacional José Alberto Antunes Alves, para a carreira/categoria de assistente técnico, nos termos do artigo 59.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua atual redação, a partir do dia 1 de junho de 2014, pelo período de 18 meses, com a remuneração correspondente à posição 1.ª e nível 5 da Tabela Remuneratória Única.

11 de junho de 2014. — O Presidente da Câmara, *Fernando José Pires Lopes*.

307910933

MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA

Aviso n.º 7585/2014

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27.02., torna-se público que cessaram em 1 de junho de 2014, a relação jurídica de emprego público por motivo de aposentação os seguintes trabalhadores:

Carlos da Silva Matos, Técnico Superior, posição remuneratória 08, nível remuneratório 39;

Bela Maria da Costa Pato Parreira, Assistente Técnica/Coordenadora Técnica, posição remuneratória entre 1 e 2, nível remuneratório 14 e 17;

Armando Henriques Mendes, Assistente Operacional, posição remuneratória 8, nível remuneratório 8;

4 de junho de 2014. — O Vereador do Pelouro da Administração e Gestão de Recursos Humanos, *Fernando Sardinha*.

307898574

MUNICÍPIO DE LAGOA (ALGARVE)

Aviso n.º 7586/2014

Licença sem vencimento

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do Vice-Presidente da Câmara datado de 25 de maio de 2014, ao abrigo do disposto no artigo 234.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, foi concedida licença sem vencimento a Vítor Miguel Vicente Correia Bravo, Assistente Operacional, no período compreendido entre 02 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2014.

19 de junho de 2014. — O Presidente da Câmara, *Francisco José Malveiro Martins*.

307908341

MUNICÍPIO DE LAMEGO

Aviso n.º 7587/2014

Procedimento concursal comum de recrutamento de trabalhadores com vista à ocupação de dois postos de trabalho em regime contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

1 — Identificação do ato: para efeitos do n.º 2 do artigo 6.º e do artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis

n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, e Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, doravante designada por LVCR, na sua atual redação e consultada a entidade centralizadora para constituição de reservas de recrutamento (ECCRC), para cumprimento do disposto no artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, atribuição ora conferida ao INA, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48/2012, de 29 de fevereiro, foi prestada a seguinte informação: «Não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado, bem como informamos que não existem trabalhadores em situação de requalificação com os perfis pretendidos por esse serviço» e uma vez que não existe reserva de recrutamento no nosso Município, torna-se público que, por deliberação da Câmara Municipal de 24 de março de 2014, e da Assembleia Municipal de 28 de março de 2014, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação no *Diário da República*, procedimento concursal comum de recrutamento para preenchimento de dois postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal, para 2014, todos para a Divisão de Educação, Ação Social e Cultural.

2 — Caracterização dos postos de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

Referência A — um posto de trabalho para a carreira de assistente técnico, para desempenhar, entre outras, as seguintes funções: elaborar e organizar processos administrativos; transmitir a comunicação entre os vários órgãos e entre estes e os particulares; realizar trabalhos de processamento de texto e de introdução de dados em sistemas informáticos ou outros; promover ao tratamento de informação; promover a recolha, exame e conferência de elementos constantes dos processos, anotando faltas ou anomalias e providenciar pela sua correção e andamento, através de ofícios, informações ou notas; atender os munícipes; efetuar a faturação e reservas periódicas dos clubes e particulares, e listas de espera regularizadas quinzenalmente e desistências mensais através de telefonema; aluguer e faturação dos espaços utilizados. Limpeza quinzenal do armário dos perdidos e achados. Férias desportivas, configuração das turmas e controlo das inscrições. Controlar o *stock* de consumíveis para a Secretaria e *stock* de material promocional. Verificação semanal dos cartazes e meios publicitários expostos. Ocupações periódicas das piscinas, faturação e elaboração das turmas. Criação e manutenção (alunos), das turmas dos clubes que utilizam as piscinas com reservas periódicas bem como todas as diligências necessárias ao funcionamento das mesmas. Efetuar o mapa de utilizações da piscina. Efetuar o depósito bancário. Dar entrada e saída de toda a documentação. Gestão de pessoal. Gestão de Requisições, mediante a elaboração de todas as tarefas na aquisição de bens e serviços. Desempenho de outras tarefas, iniciativas ou ações;

Referência B — um posto de trabalho para a carreira de assistente técnico, para desempenhar, entre outras, as seguintes funções: acompanhar os trabalhos de montagem e pós-produção. Apoiar os produtores nas diferentes fases do processo de criação e produção material. Montar, operar, desmontar e assegurar a conservação de equipamentos utilizados para a iluminação de cena. Apoiar o técnico de som e ou luz e os produtores nas diferentes fases do processo de criação e produção material. Executar as mudanças das cenas em representações teatrais. Montar cortinas, bambolinas e panos de boca. Colaborar na colocação e movimento de toda a aparelhagem de som e ou luz. Montar, transformar e reparar equipamentos de palco para a apresentação de espetáculos. Montar cortinas, bambolinas e panos de boca. Reparar e transformar cenários para as representações. Executar as mudanças das cenas em representações teatrais. Colaborar na colocação e movimento de toda a aparelhagem de som e ou luz. Desempenho de outras tarefas, iniciativas ou ações.

3 — Âmbito de recrutamento: o procedimento concursal destina-se exclusivamente a candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída.

4 — Nível habilitacional e área de formação profissional:

Referências A e B — 12.º ano de escolaridade.

4.1 — Não haverá possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

5 — Local de trabalho: as funções serão exercidas na área do Município de Lamego.

6 — Legislação aplicável: LVCR, com as devidas alterações; Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho; Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro (RCTFP), alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo Decreto -Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro, e pelas Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro, e Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto; Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de

dezembro (alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro); Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril; Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, Lei n.º 12-A/2010, de 12-A/2010, 30 de junho, Lei n.º 64-B/2011, de 31 de dezembro, Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

7 — Requisitos de admissão: os previstos no artigo 8.º da LVCR, na sua atual redação:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excetuados pela Constituição, lei especial ou convecção internacional;
- Ter 18 anos de idade completos;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função;
- Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

7.1 — Podem concorrer todos os candidatos que preencham os requisitos gerais e específicos, detentores de uma relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, não sendo admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal desta Câmara Municipal idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

8 — Métodos de seleção:

8.1 — Usando da faculdade prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 53.º da LVCR, na redação dada pelo artigo 33.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, conjugada com o n.º 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, será adotado apenas um método de seleção obrigatório, prova de conhecimentos ou avaliação curricular, consoante os casos previstos, respetivamente, nos n.ºs 1 ou 2 do artigo 52.º do mesmo diploma, complementado por um método de seleção complementar que será a entrevista profissional de seleção.

8.2 — Aplica-se a prova de conhecimentos (PC) e a entrevista profissional de seleção (EPS). A classificação final (CF) é obtida através da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = 55 \% PC + 45 \% EPS$$

8.2.1 — Prova de conhecimentos (PC): visa avaliar os conhecimentos académicos e, ou, profissionais e as competências técnicas aos candidatos necessários ao exercício das funções descritas no n.º 2. A prova de conhecimentos irá assumir a forma escrita, com consulta de legislação, revestindo natureza teórica, de realização individual e será efetuada em suporte papel, com a duração de 90 minutos

8.3 — Temas gerais e específicos da prova escrita de conhecimento:

Tema 1 (referências A e B): Constituição da República Portuguesa, Atribuições, Competências e Regime Jurídico dos Órgãos dos Municípios e Freguesias: Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, alterada pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Código do Procedimento Administrativo: Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro;

Tema 2 (referências A e B): Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas e Estatuto disciplinar dos Trabalhadores Que Exercem Funções Públicas: Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, e Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro.

8.4 — Entrevista profissional de seleção — a entrevista profissional de seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. Aspetos a avaliar: capacidade de comunicação e de expressão; capacidade de relacionamento interpessoal; sentido de organização e capacidade de inovação e sentido crítico.

9 — Possibilidade de opção por métodos de seleção, cf. n.º 2 do artigo 53.º da LVCR: nos termos do n.º 2 do artigo 53.º da LVCR, os candidatos com vínculo de emprego público que, cumulativamente, sejam já titulares das categorias a concurso e se encontrem a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras dos postos de trabalho correspondente a este procedimento, ou se se encontrarem em mobilidade especial, tenham sido detentores das categorias bem como das funções acima descritas, serão sujeitos aos seguintes métodos de seleção, salvo se a eles expressamente renunciarem no formulário de candidatura (caso em que lhes serão aplicados os métodos descritos no ponto 8.2):

- Avaliação curricular (AC) — ponderação de 55 %;
- Entrevista profissional de seleção (EPS) — ponderação de 45 %.

Valoração final resulta da seguinte expressão:

$$VF = 55 \% AC + 45 \% EPS$$

9.1 — Avaliação curricular: visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida.

Na avaliação curricular (AC) serão considerados e ponderados (numa escala de 0 a 20 valores) os seguintes parâmetros: habilitação académica de base (HL), formação profissional (FP), experiência profissional (EP) e avaliação de desempenho (AVD).

A nota final da avaliação curricular é calculada pela seguinte fórmula:

$$AC = (HL + FP + 2*EP + AVD) / 5$$

9.1.2 — Habilitações literárias (HL): habilitações académicas de grau exigido à candidatura: 19 valores; Habilitações académicas de grau superior ao exigido na candidatura: 20 valores.

Neste parâmetro será ponderada a habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade de grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida.

9.1.3 — Formação profissional (FP):

Sem participação em ações de formação: 10 valores;

Até 35 horas de formação: 12 valores;

Igual ou superior a 35 horas e inferior a 70 horas de formação: 14 valores;

Igual ou superior a 70 horas e inferior a 120 horas de formação: 16 valores;

Igual ou superior a 120 e inferior a 200 horas de formação: 18 valores;

Igual ou superior a 200 horas de formação: 20 valores.

Neste parâmetro, apenas serão considerados os cursos de formação na área de atividade específica para que é aberto o presente procedimento concursal, que se encontrem devidamente comprovados ou declarados sob compromisso de honra. No caso de a declaração de participação na ação de formação não ser expressa em horas, o apuramento será efetuado da seguinte forma:

1 dia = 6 horas;

9.1.4 — Experiência profissional (EP) — reporta-se ao desempenho efetivo de funções na área para a qual é aberto o presente procedimento:

Até 3 anos: 10 valores;

Igual ou superior a 3 anos e inferior a 6 anos: 12 valores;

Igual ou superior a 6 anos e inferior a 9 anos: 14 valores;

Igual ou superior a 9 anos e inferior a 12 anos: 16 valores;

Igual ou superior a 12 anos e inferior a 15 anos: 18 valores;

Igual ou superior a 15 anos: 20 valores.

Só será contabilizado como tempo de experiência profissional o correspondente ao desenvolvimento e funções inerentes à categoria a contratar, que se encontre devidamente comprovado ou declarado sob compromisso de honra.

9.1.5 — Avaliação de desempenho (AD) relativa aos últimos três anos:

9.1.5.1 — Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro:

Por cada menção anual de *Relevante*: 7 valores;

Por cada menção anual de *Adequado*: 5 valores;

Sem avaliação de desempenho por cada ano: 3 valores;

Por cada menção anual inferior a *Adequado*: 0 valores.

Até ao limite máximo de 20 valores.

9.2 — Entrevista profissional de seleção — de acordo com o estabelecido no n.º 8.4 deste aviso.

9.3 — Considera-se excluído do procedimento o candidato que falte a qualquer dos métodos de seleção ou que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases, não lhe sendo aplicado o método seguinte.

9.4 — Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na atual redação.

9.5 — No caso de o empate persistir, prevalecerá o candidato com maior tempo de experiência profissional na área.

10 — Remuneração: o posicionamento remuneratório do trabalhador recrutado obedecerá ao disposto no artigo 55.º da LVCR conjugado com o artigo 42.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

11 — Composição dos Júris dos procedimentos concursais:

Referência A:

Presidente: Dr. Luís Carlos Pereira da Silva, chefe da Divisão Administrativa e de Coordenação.

Vogais efetivos: Dr. Ricardo Manuel Teixeira Batista, técnico superior (que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos), e Dr.ª Mónica Idalina Batista Saavedra Cardoso Carreira, técnica superior.

Vogais suplentes: Dr. Rui Manuel Gomes Monteiro, técnico superior, e Dr.ª Sandra Cristina Oliveira e Sousa, técnica superior.

Referência B:

Presidente: Dr. Luís Carlos Pereira da Silva, chefe da Divisão Administrativa e de Coordenação.

Vogais efetivos: Rui Manuel Pinto Fernandes, diretor do Teatro Ribeiro Conceição (que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos), e Dr.ª Mónica Idalina Batista Saavedra Cardoso Carreira, técnica superior.

Vogais suplentes: Dr.ª Sandra Cristina Oliveira e Sousa, técnica superior, e Dr.ª Diana Luísa Coutinho Vilela, técnica superior.

12 — As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

13 — A publicação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal de Lamego e disponibilizada na sua página eletrónica www.cm-lamego.pt.

14 — Os candidatos excluídos serão notificados no âmbito da audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo e de acordo com o preceituado no artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação.

Os candidatos admitidos serão convocados, através de notificação do dia, hora e local para realização dos métodos de seleção, nos termos previstos no artigo 32.º da referida portaria.

15 — A lista unitária de ordenação final, após homologação, é afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal de Lamego e disponibilizada na sua página eletrónica www.cm-lamego.pt, sendo ainda publicada em aviso na 2.ª série do *Diário da República*, com informação sobre a sua publicação nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação.

16 — Formalização das candidaturas:

16.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, em suporte de papel, através do preenchimento do formulário-tipo, de utilização obrigatória, disponível no endereço: <http://www.cm-lamego.pt>, entregues pessoalmente no Serviço de Atendimento ao Município, ou remetidas por correio registado com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo fixado para a entrega de candidaturas, para Câmara Municipal de Lamego, Rua do Padre Alfredo Pinto Teixeira, 5100-150 Lamego, com indicação da referência do procedimento concursal a que se candidatam, devendo conter, obrigatoriamente, a identificação completa do candidato (nome, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação fiscal, morada, código postal, telefone e endereço eletrónico, caso exista).

16.2 — Os requerimentos de candidatura, devidamente datados e assinados, deverão, sob pena de exclusão, ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) Fotocópias do certificado de habilitações literárias;

b) Fotocópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão e do cartão de contribuinte;

c) Declaração emitida pelo serviço público a que se encontra vinculado, em que conste a RJE, a carreira/categoria de que seja titular, a atividade/funções que executa, em especial a que corresponde às funções agora a contratar e o órgão ou serviço onde exerce funções, a atual posição remuneratória detida e nível remuneratório corresponde e a avaliação de desempenho relativa aos três últimos anos, bem como a descrição da atribuição, competência ou atividade que se encontra a exercer;

d) *Curriculum vitae* detalhado, devidamente datado e assinado, do qual conste a identificação pessoal, habilitações literárias, experiência profissional e quaisquer circunstância que possam influir na apreciação do seu mérito ou constituir motivo de preferência legal, os quais, só serão tidos em consideração pelo júri do procedimento concursal se devidamente comprovados, nomeadamente: fotocópia dos documentos comprovativos da frequência das ações de formação e da experiência profissional.

16.3 — A não apresentação da declaração referida na alínea c) do número anterior, ou da falta de indicação da natureza do vínculo e a sua determinabilidade, implicam a não consideração da situação jurídico-funcional do candidato para efeitos de prioridade na fase do recrutamento.

16.4 — Não é permitida a apresentação do requerimento da candidatura ou documentos por via eletrónica.

17 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos implicam a sua exclusão, independentemente do procedimento criminal, nos termos da lei penal.

18 — De acordo com o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Deverão os candidatos declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supra mencionado.

19 — Política de igualdade: nos termos do despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de março, em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

29 de maio de 2014. — O Presidente da Câmara, *Francisco Manuel Lopes*, engenheiro.

307900873

Aviso n.º 7588/2014

Procedimento concursal comum de recrutamento de trabalhadores com vista à ocupação de nove postos de trabalho em regime contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — Identificação do ato: para efeitos do n.º 2 do artigo 6.º e do artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, e Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, doravante designada por LVCR, na sua atual redação e consultada a entidade centralizadora para constituição de reservas de recrutamento (ECCRC), para cumprimento do disposto no artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, atribuição ora conferida ao INA, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48/2012, de 29 de fevereiro, foi prestada a seguinte informação: «Não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado, bem como informamos que não existem trabalhadores em situação de requalificação com os perfis pretendidos por esse serviço» e uma vez que não existe reserva de recrutamento no nosso Município, torna-se público que, por deliberação da Câmara Municipal de 24 de março de 2014, e da Assembleia Municipal de 28 de março de 2014, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação no *Diário da República*, procedimento concursal comum de recrutamento para preenchimento de nove postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal, para 2014, todos para a Divisão de Educação, Ação Social e Cultural.

2 — Caracterização dos postos de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

Referência A — cinco postos de trabalho para a carreira de assistente operacional, para desempenhar, entre outras, as seguintes funções: atender os municípios; efetuar todos os registos e tarefas afetas aos processos e procedimentos relativos ao seu posto de trabalho; verificar periodicamente o estado dos equipamentos; verificar as condições gerais de higiene do setor; informar o superior hierárquico de qualquer anomalia verificada. executar eventuais trabalhos auxiliares de montagem, desmontagem e conservação de equipamentos; executar trabalhos de cargas e descargas, bem como a sua arrumação e distribuição; receber e arrecadar as importâncias relativas ao pagamento dos ingressos e preencher e assinar a ficha de registo diário dos mesmos, em conformidade com o modelo aprovado. Efetuar o apuramento das contas antes do encerramento diário do equipamento e ou turno próprio, entregando a respetiva receita, conjuntamente com o original da ficha de registo diário de ingressos. Desempenho de outras tarefas, iniciativas ou ações;

Referência B — um posto de trabalho para a carreira de assistente operacional, para desempenhar, entre outras, as seguintes funções: apoiar a implementação e dinamização de atividades desportivas aquáticas, marcha e corrida e atividades direcionadas para a população sénior; propor e colaborar nos procedimentos de dinamização de instalações desportivas, efetuar registos e tarefas afetas aos processos e procedimentos relativos aos mapas de gestão e de utilização das instalações desportivas e programas desportivos; gerir os contactos com os utilizadores. Executar eventuais trabalhos auxiliares de montagem, desmontagem e conservação de equipamentos; executar trabalhos de cargas e descargas,

bem como a sua arrumação e distribuição. Desempenho de outras tarefas, iniciativas ou ações;

Referência C — um posto de trabalho para a carreira de assistente operacional, para desempenhar, entre outras, as seguintes funções: prestar apoio na organização operacional das atividades que decorram nas instalações; zelar pela segurança, manutenção e prevenção dos recursos materiais afetos à instalação; dar conhecimento, ao superior hierárquico, das ocorrências verificadas de tudo o que de anormal verificar nas instalações; prestar todo o apoio nos restantes serviços, sempre que solicitado, desde que não se encontre em funções inadiáveis; efetuar registos inerentes às tarefas de operadores, atualizar os registos da análise da água; aspiração das piscinas; verificação de todo o espaço envolvente. Executar eventuais trabalhos auxiliares de montagem, desmontagem e conservação de equipamentos; executar trabalhos de cargas e descargas, bem como a sua arrumação e distribuição. Desempenho de outras tarefas, iniciativas ou ações;

Referência D — um posto de trabalho para a carreira de assistente operacional, para desempenhar, entre outras, as seguintes funções: atender os municípios; efetuar todos os registos e tarefas afetas aos processos e procedimentos relativos ao seu posto de trabalho; verificar periodicamente o estado dos equipamentos; verificar as condições gerais de higiene do setor; prestar apoio na organização operacional das atividades que decorram na instalação desportiva. Zelar pela segurança dentro e fora das piscinas; dar conhecimento, ao superior hierárquico, das ocorrências verificadas de tudo o que de anormal verificar nas instalações; fazer cumprir o regulamento; prestar todo o apoio nos restantes serviços, sempre que solicitado, desde que não se encontre em funções inadiáveis; é responsável por avaliar o equipamento dos alunos e dos utentes de regime livre. Executar eventuais trabalhos auxiliares de montagem, desmontagem e conservação de equipamentos; executar trabalhos de cargas e descargas, bem como a sua arrumação e distribuição. Desempenho de outras tarefas, iniciativas ou ações;

Referência E — um posto de trabalho para a carreira de assistente operacional, para desempenhar, entre outras, as seguintes funções: montagem, testagem, projeção e acompanhamento da exibição dos filmes projetados do TRC. Montar, transformar e reparar equipamentos de palco para a apresentação de espetáculos. Montar cortinas, bambolinas e panos de boca. Reparar e transformar cenários para as representações. Executar as mudanças das cenas em representações teatrais. Colaborar na colocação e movimento de toda a aparelhagem de som e ou luz. Apoiar o técnico de som e ou luz e os produtores nas diferentes fases do processo de criação e produção material. Executar eventuais trabalhos auxiliares de montagem, desmontagem e conservação de equipamentos; executar trabalhos de cargas e descargas, bem como a sua arrumação e distribuição. Desempenho de outras tarefas, iniciativas ou ações.

3 — Âmbito de recrutamento: o procedimento concursal destina-se exclusivamente a candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída.

4 — Nível habilitacional e área de formação profissional:

Referências A, B, C, D e E — escolaridade obrigatória (variável conforme data de nascimento).

4.1 — Não haverá possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

5 — Local de trabalho: as funções serão exercidas na área do Município de Lamego.

6 — Legislação aplicável: LVCR, com as devidas alterações; Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho; Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro (RCTFP), alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo Decreto -Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro, e pelas Leis n.ºs 64-B/2011, de 30 de dezembro, 66/2012, de 31 de dezembro, e 68/2013, de 29 de agosto; Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro (alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro); Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril; Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, Lei n.º 64-B/2011, de 31 de dezembro, Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

7 — Requisitos de admissão: os previstos no artigo 8.º da LVCR, na sua atual redação:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excetuados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos de idade completos;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função;
- Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.